

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR

Pregão Eletrônico nº 140/2023

NOPAPER SOLUTIONS LTDA., sociedade empresarial situada a Avenida Santos Dumont, nº 2774, Shopping Ponto Verde, Loja 08, Bairro Centro, Lauro de Freitas-BA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.717.848/0001-49, representada na forma do seu contrato social (**doc. 01 – contrato social**), vem, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no subitem 4.1 do edital em referência, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2023**, cujo objeto é a *"Contratação de empresa especializada para fornecer sistema SAAS integrado de gestão documental, protocolo externo e possibilidade de assinatura eletrônica através de certificado digital gov.br ou ICPBrasil"*, pelos fatos expostos a seguir.

I. DA LEGITIMIDADE DA IMPUGNANTE E DA TEMPESTIVIDADE

1. Inicialmente, cabe ressaltar que a Impugnante detém legitimidade para a apresentação da presente impugnação, nos exatos termos do disposto no subitem 4.1 do Edital de Licitação, a saber:

"4.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o(s) endereço(s) eletrônico(s): claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br e mateus.lima@doisvizinhos.pr.gov.br, até as 23 horas e 59 minutos, no horário oficial de Brasília-DF."

2. Conforme se verifica da análise do edital, a abertura da sessão pública dar-se-á no dia 22/11/2023, razão pela qual a presente impugnação se mostra tempestiva.

3. Assim, presentes os requisitos de admissibilidade da impugnação (legitimidade e tempestividade), serão expostos os argumentos fáticos e jurídicos a amparar a presente peça impugnatória.

II. DA INOBSERVÂNCIA À AMPLA COMPETITIVIDADE – DOS ITENS 6.430 E 6.431 DO TERMO DE REFERÊNCIA

4. O presente certame está sendo promovido para a contratação de *"Contratação de empresa especializada para fornecer sistema SAAS integrado de gestão documental, protocolo externo e possibilidade de assinatura eletrônica através de certificado digital gov.br ou ICPBrasil."*

5. Os itens 6.430 e 6.431 do Termo de Referência exigem o fornecimento do Módulo APP utilizando os sistemas operacionais Android e IOS.

6. Tal item restringe a competitividade, uma vez que o layout responsivo é capaz de atender plenamente ao objeto licitado.

7. Como sabido, o layout responsivo é flexível e se adapta a diferentes orientações ou tamanhos de janelas de visualização, não precisando criar vários layouts, como por exemplo para IOS e ANDROID, visto que pode ser acessado de qualquer lugar independentemente da plataforma que está utilizando.

8. Nem todas as licitantes utilizam o referido módulo APP, muitas utilizam o layout responsivo devido a sua capacidade de se adaptar a qualquer plataforma, ao exigir o módulo APP, a Administração acaba por restringir a competição àquelas poucas licitantes que utilizam o referido módulo, excluindo outras empresas interessadas que poderiam ofertar um melhor preço e qualidade.

9. Portanto, manter a exigência de que o layout seja apresentado no módulo APP acaba por restringir a competitividade e deixa de observar a eficiência, já que o layout responsivo possibilita o acesso por qualquer meio, seja celular ou computador, o que não poderia ser feito pelo Módulo App.

10. Portanto, é imprescindível que os itens 6.430 e 6.431 do Termo de Referência sejam alterados para retirar a exigência do fornecimento do Módulo APP e incluir apenas o layout responsivo, visto que a manutenção dos referidos itens, violarão o interesse público, ocasionando um grave prejuízo ao Erário Público, vez que é sabido que quanto maior o número de licitantes que adentrarem a disputa concorrencial, maiores serão as chances de obtenção do menor preço ao objeto licitado.

11. Logo, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes para que a seleção se aperfeiçoe da melhor forma possível, o que se traduz na seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, após a necessária competição entre os diversos fornecedores, conforme lição do Ilustre doutrinador José dos Santos de Carvalho Filho¹:

"Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros."

12. No mesmo sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é consignada no sentido de que a ausência de competitividade acarreta a revogação do certame, senão vejamos (destaques nossos):

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO. REVOGAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE. POSSIBILIDADE. DEVIDO PROCESSO LEGAL. OBSERVÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO. [...] 5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais. 6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação

¹ José dos Santos Carvalho Filho CARVALHO FILHO, 2010, p. 227-228.

denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado".

7. No caso em exame, o Governador do Estado do Paraná revogou o pregão eletrônico, de forma fundamentada e com supedâneo nos referidos dispositivos legais e em parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil, entendendo pela ausência de competitividade no certame, na medida em que houve a participação efetiva de apenas uma empresa, o que impossibilitou a Administração Pública de analisar a melhor oferta e dar cumprimento ao princípio da proposta mais vantajosa. 8. A participação de um único licitante no procedimento licitatório configura falta de competitividade, o que autoriza a revogação do certame. Isso, porque uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas para a Administração, em uma relação de custo-benefício, de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis. 9. "Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido" (RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008). [...] 11. Recurso ordinário desprovido. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Turma/ RMS 23.360/PR/ Relatora: Ministra Denise Arruda/ Julgado em 17.12.2008).

13. Citamos ainda deliberação do TCU:

*"9.1.6. Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, **de modo a impedir restrições à competitividade.**" (TCU, Acórdão 819/2005 – Plenário)*

14. A Constituição Federal consagrou os princípios norteadores dos atos da Administração Pública em seu art. 37, sendo que o princípio da legalidade representa uma garantia para os administrados, pois, qualquer ato da Administração Pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção do administrado em relação ao abuso de poder. Ao contrário dos particulares, que agem por vontade própria, à Administração Pública somente é facultada agir por imposição ou autorização legal. Ou seja, inexistindo lei, não haverá atuação administrativa legítima.

15. Citando as sábias palavras de Hely Lopes Meirelles:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".

16. Assim, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios e legislação aplicáveis à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, e não restringir esta participação. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ílibada da Administração na prática de seus atos.

17. Conforme exposto, a doutrina e a jurisprudência são unânimes ao afirmar que a licitação deve buscar o maior número de participantes, estimulando a concorrência, vez que a Administração só tem a ganhar ao receber diversas propostas, de onde certamente surgirá a mais vantajosa para o erário e, indiretamente para toda a coletividade.

18. Nesse passo, no intuito de ampliar a competitividade, sugere-se o a alteração dos itens 6.430 e 6.431 do Termo de Referência para retirar a exigência do fornecimento do Módulo APP e incluir apenas o layout responsivo.

III. DO ITEM 6.288 DO TERMO DE REFERÊNCIA

19. O item 6.288 do Termo de Referência dispõe o seguinte:

"6.288 Integração total e automática da Central de Atendimento com o Aplicativo Móvel para Atendimento, de modo que a administração dos dados cadastrais, dos serviços disponíveis em cada módulo e dos documentos vinculados aos usuários respeita as mesmas parametrizações em ambos os canais de atendimento;"

20. Ocorre que a exigência não pode ser cumprida pela contratada, visto que a Entidade Pública que deve solicitar a integração, não podendo tal atribuição ser transferida à contratada.

21. Tal impossibilidade pode ser consultada no Guia de Integração de Serviço Público Digital – Roteiro de Integração (SDK-v1.2) – **doc. 02**:

"A integração ao Brasil Cidadão é iniciada com um pedido de adesão do órgão.

Após a solicitação, o serviço público digital deverá ser cadastrado no Portal de Serviços do Governo Federal [servicos.gov.br]. Esse cadastro é necessário para viabilizar todo o processo de integração, pois somente desta maneira serão geradas e enviadas as chaves de autenticação do serviço. Somente os serviços públicos digitais oferecidos ao cidadão poderão ser integrados à plataforma de autenticação"

22. Diante disso, deve o item ser alterado para declarar de forma expressa que a integração entre os sistemas deve ser feita pela Contratante, devido a impossibilidade técnica da Contratada em realizar tal integração.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se que a presente impugnação seja **RECEBIDA E JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE**, retificando-se o Edital para que:

- a) alterar os itens 6.430 e 6.431 do Termo de Referência para retirar a exigência do fornecimento do Módulo APP e incluir apenas o layout responsivo;
- b) alterar o item 6.288 do Termo de Referência declarar de forma expressa que a integração entre os sistemas deve ser feita pela Contratante, devido a impossibilidade técnica da Contratada em realizar tal integração.

Termos em que,
Pede deferimento.

Lauro de Freitas/BA, 14 de novembro de 2023.

NOPAPER SOLUTIONS LTDA.
43.717.848/0001-49